

Documento

História dos Massacres Contra Waimiri-Atroari.

Waimiri

A História dos povos Waimiri e Atroari é a história da agressão incansável contra as terras e a auto determinação desses povos. O missionário Egidio Schwade fez uma pesquisa sobre os 300 anos de violência que se abateram sobre as duas Nações. No fogo da luta, se firmou uma aliança de defesa contra os invasores, que persiste até hoje. A História dos Waimiri-Atroari foi apresentada no Tribunal Russel sem ser submetida a julgamento. O Estado brasileiro, especialmente o aparato militar, tiveram uma participação importante na guerra de extermínio contra os Waimiri e Atroari.

LOCALIZAÇÃO

Os Waimiri-Atroari são de língua Karib. O seu território se estende tradicionalmente pelas terras banhadas pelos rios Jauperi, Camanaú, Alalaú e seus afluentes, pelos cursos médio e superior dos rios Uatumã e Jatapu e seus afluentes, ou seja, toda a região que se estende ao Norte de Manaus e Itacoatiara, mais precisamente pela margem esquerda do rio Urubu, tendo como limites, a Leste, os contra-fortes da Serra do Acaraí e o rio Nhamundá, e Oeste, os rios Negro e Branco.

Desde tempos imemoriais habitam esse território e o defendem como seu. Dele tiram o sustento para o seu povo e a vida que celebram nas suas festas e danças. Vivem sobretudo da caça, da pesca e da coleta de frutos do mato e de ovos de tracajá. Alternam tradicionalmente as moradias entre a caça e a coleta, quando estabelecem as suas aldeias no alto dos rios (período das chuvas) e a coleta de ovos de tracajá e tartaruga e a pesca, na margem dos rios (período da seca).

A região é rica em minérios, madeiras de lei, batatas e é intensamente irrigada por rios e igarapés que ofereceu um bom potencial energético ou hidráulico, atraindo a cobiça capitalista. Além disso oferece uma enorme variedade de frutas nativas, como: castanha, pupunha, açaí, ingá. Nas suas roças plantam, sobretudo, mandioca, cana-de-açúcar, banana, macaxeira, ananás, cará, batata doce. Caçam animais selvagens como a anta, o macaco, porcos, pássaros, tracajás, tucunarés.

POPULAÇÃO

Georg Huebner e Koch-Gruenberg, estudiosos alemães que estiveram visitando esses povos no início do século, estimaram uma população superior a seis mil pessoas. A FUNAI, desde o início da década, ou, mais precisamente, desde 1968, iniciou o seu trabalho de "atração" desses povos, e, em suas estatísticas da época, dá o número de 3.000. Já em 1974 a FUNAI contava 13 aldeias e os Waimiri-Atroari estavam reduzidos a apenas dois mil. Um ano e meio depois, o número oficialmente apresentado pela FUNAI era de apenas 600-1.000 pessoas. É interessante observar que essa drástica redução aparece nos relatórios internos da FUNAI. Numa estatística da situação demográfica entregue à imprensa, em 1977, a FUNAI apresenta o número de três mil indígenas Waimiri e Atroari.

DE 1850, A HISTÓRIA DA INVASÃO

Nessa História de agressões, distingue-se antes de mais nada uma constante invasão dos territórios das Nações Waimiri e Atroari, por meio de embarcações, a pé, por aviões e máquinas de construção de estradas. Sempre de armas em punho, os agressores ferem e matam, com apoio tácito ou explícito do Estado brasileiro. Levam consigo as doenças, instalam casas e cercas para definir suas "propriedades particulares", um verdadeiro cancro para a cultura, as tradições e as terras desses povos.

O governo dos invasores justifica o seu crime por meio das leis capitalistas, ou mais especificamente:

- necessidade de um caminho para trazer o gado e abastecer a cidade de Manaus; e

- coleta de produtos de exportação para mercados nacionais e estrangeiros: batata, borracha, castanha...

Em verdade estabeleceu-se nos territórios desses povos um clima de saque, sem inquirir por sua legalidade. Os produtos básicos de subsistência (peixe, tartaruga, tracajá, castanha) dos Waimiri-Atroari, foram assaltados sem que os mesmos fossem consultados; ao contrário, os invasores foram-se apropriando como se fossem os "donos absolutos" de tudo.

Balateiros, pescadores, caçadores e coletores dirigiam-se periodicamente aos territórios Waimiri e Atroari, com a finalidade de explorar economicamente aquelas terras. Durante várias décadas, os índios viram os seus territórios, todos os anos, invadidos, as suas roças e malocas depredadas por dezenas de trabalhadores, que vinham a serviço de firmas nacionais e estrangeiras.

Repetidas vezes, o Estado brasileiro e particulares tentaram escravizar os Waimiri e Atroari nas obras públicas da Província. Pessoas desses povos foram capturadas à força, vendidas e compradas no mercado de Manaus como escravos. Foram doadas a famílias "ilustres" da capital de Província, onde foram forçadas a servir como escravas.

MASSACRES E RESISTÊNCIA

Os Waimiri-Atroari se organizaram, resistiram e reagiram contra a injusta agressão física ao seu povo.

Como consequência, foram impiedosamente punidos e sistematicamente mortos, caçados à bala como animais e queimados. Os cadáveres largados para os urubus. A partir de 1850 até a presente data, os massacres contra os Waimiri e Atroari entraram praticamente na rotina anual. Como não se rendiam à escravidão, chegaram a ser arrastados para a capital e retidos ali como prisioneiros de guerra no Quartel do Exército. Tratados, semanas e semanas, como palhaços da população local, sem que alguém acudisse em sua defesa.

Os seus instrumentos de sobrevivência e transporte:

as ubás (pequenas embarcações ou canoas) eram sem mais, aprisionadas, roubadas ou metidas a pique pelos invasores.

São raros os registros do número de vítimas desses massacres. Só através de relatórios feitos com base, geralmente, nas observações do povo regional ou de alguns participantes, se têm notícias incompletas.

Abaixo alguns dados a respeito:

ANO	DIA	VÍTIMAS OU REFERÊNCIA	AUTOR E MANDANTE
1856 -		"Banho de Sangue" "Com incrível crueldade" "outros não menos inclementes" Dois massacres:	Oficial Manoel P. de Vasconcelos.
1856 -		1. "Morticínio horróroso, incocebível". "Num lago encontrou grande número de corpos que boiavam". 2. "Custou a vida de muitos índios". "O número de mortos foi extraordinário".	Coronel João Rego B. Falcão.
1873 -	20.10.74	"Passou todo o ano a caçar índios no Jauperi".	Tenente Pastana
1874 -	21.11.74	"Foram mortos um número superior a 200".	Governo do Estado
1874 -	22.11.74	"outro massacre de grandes proporções" "morreram muitos"	Tenente Antonio de Oliveira Hor
1875 -	23.11.74	"Seguiu uma força para o teatro onde na véspera se dera o drama de sangue, Ahi encontrou 23 índios feridos, todos escondidos entre a folhagem das árvores, onde estavam trepados silenciosos. Apontavam a arma, descarregavam... cahiam todos, à exceção de um que ficou preso a um galho"	Tenente Antonio de Oliveira Horta
1905 -	Fevereiro	"Grande mortandade" 283 mortos (cf. Major Lima Fig. 19).	Tenente Antonio de Oliveira Horta
1928 -		300 Mortos (Cf. Major 14 e 15) Registro -se a única queixa dos Waimiri e Atroari. Justificaram um ataque feito contra a firma Penha Cia Bessa de Manaus, dizendo que o pessoal da Firma mataram dois índios, feriram outros e levaram doenças, morrendo em consequência muitos. 72 índios Waimiri barbaramente trucidados.	Tenente Antonio de Oliveira Horta
1949 -			Governo do Estado Cap. Júlio Catingueira Gov. Constantino Nery Edgard Penha e José Cândido Bessa Caçadores de Jacaré.

Documento

Política Anti-indígena da FUNAI

A estratégia global do processo de invasão e de extermínio dos Waimiri e Atroari foi comandada pela FUNAI. Isto fica claro quando se analisam os objetivos e as táticas da FUNAI na área, várias vezes explicitadas pelo presidente do órgão, pelos delegados regionais e pelos chefes das Frentes de Atração Waimiri-Atroari (FAWA). Os próprios Waimiri e Atroari também não tiveram dúvidas sobre isso, passando a combatê-la como tal.

Jamais se percebe, no trabalho da FUNAI, interesse em armar os índios de instrumentos ou de um esquema que defendesse o seu território e o seu povo da invasão promovida pelo Governo através da estrada. Não se tem um protesto oficial da FUNAI contra essa estrada, a grande inimiga que desencadeava o processo de destruição daqueles povos.

Ao contrário, há uma constante preocupação em desarmar os índios até dos mínimos instrumentos de auto-defesa. "Enquanto respondia ao apelo do Conselho Indigenista Missionário, o delegado da FUNAI aproveitou para oficializar uma medida anunciada antontem pelo sertanista Apoena Meireles. A partir de agora, não será mais permitido distribuir terçados, facões, colheres e outros objetos cortantes aos Waimiri e Atroari, com os quais eles fazem suas flechas".

MÉTODOS PRÓ-INVASÃO

O delegado Mont'Alverne disse que o objetivo era evitar que os índios utilizem esses objetos na fabricação de flechas "para matar os civilizados". Acrescentou que os Waimiri-Atroari continuariam recebendo roupas, miçangas, e outros objetos "mais importantes para eles".

A metodologia da FUNAI para auxiliar a invasão do território dos Waimiri-Atroari pode ser analisada em vários aspectos, e suas táticas são:

- a orientação do comportamento dos trabalhadores para se defenderem dos índios caso os encontrem, de forma a não desgastar a imagem do Governo brasileiro no Exterior;

- a utilização quase exclusiva, nas FAWA, de servidores sem preparação alguma. Até a direção dos trabalhos da FAWA esteve vários anos entregue a uma pessoa sem formação indigenista alguma. Era um mateiro da região. Ausência total e consciente de antropólogos;

- a utilização como servidores auxiliares das FAWA, quase só de índios pertencentes a outros povos indígenas das regiões amazônicas. Assim, utilizou-se sobretudo de Sateré-Mawé, Mura, Tukanos Mundurucu, Tariano, Dessano, Xavante e Surui. De 1975 para cá, foram transferidos, somente para a frente do rio Camanaú, aproximadamente 150 índios Sateré-Mawé. É a velha tática do colonizador de jogar oprimidos contra oprimidos, índios contra índios;

- a desarticulação paulatina da organização Waimiri e Atroari, inibindo os movimentos desses povos dentro do seu próprio território. Desde logo, a FUNAI começa a transmitir ordens aos índios quanto às regiões que podiam perambular e quais as que eram proibidas, sempre tendo como ponto de referência a penetração da estrada. Assim, dentro do mesmo esquema, durante um bom tempo, uma grade debaixo da ponte do Sto. Antonio do Abonari, impedia o livre trânsito dos índios com

as suas úbas, para que aos poucos, se acostumassem a ficar da ponte para cima, liberando o território restante para a sociedade nacional;

- a divisão dos índios, instalando neles a idéia de que quem resiste aos invasores é "mau", e os que seguem o jogo da FUNAI e dos invasores são "bons". Através da imprensa, o próprio presidente FUNAI, gal. Ismarth, e os outros dirigentes do órgão, procuraram, frequentes vezes, apresentar como motivo dos massacres uma briga entre os dois principais chefes da resistência, Comprido e Maroaga. Essa briga, a concluir da ação concorde dos dois, jamais existiu, não passando essa hipótese de um estratagema para justificar novas violências;

- a manutenção de um ambiente de invasão armada e de superioridade numérica e bélica do invasor. Essa política traumatizante era tranquilamente defendida por toda a cúpula da FUNAI, inclusive pelos conhecidos sertanistas Orlando Villas Boas e Apoena Meireles. Este método teve a sua expressão extrema com o sertanista Sebastião Amâncio, substituído nomeado de Gilberto Pinto à frente da FAWA, que em entrevista a "O Globo", de 6.1.75, revelava o método de trabalho que utilizaria: "Uma demonstração de força dos civilizados: bombas, metralhadoras e dinamites para assustar e dar uma lição nos índios". O sertanista não foi afastado da FUNAI por motivo dessas graves e comprometedoras declarações. Continua até hoje funcionário do órgão. Esse ambiente de invasão armada ainda agora está presente nos postos da FUNAI.

MÉTODOS DE ETNOCÍDIO

A tentativa de domesticar a opinião pública nacional, impedindo que a verdade chegasse ao povo. Durante a construção da estrada, os funcionários do órgão eram terminantemente proibidos de fornecer qualquer informação sobre os acontecimentos na área. Muitas vezes a cúpula da FUNAI fornecia propositalmente notícias falsas ou sensacionalistas, a fim de confundir a opinião pública.

- A divulgação, em todo o País, do mito da crueldade dos Waimiri e Atroari, que eram apresentados como um bando desorganizado de selvagens assassinos. Tudo com intenção explícita ou implícita justificar a violência contra esses povos.

- A apresentação dos índios como sendo contra os brancos, ou contra qualquer pessoa que não fosse do seu povo (O ESP. 7.1.75), simplesmente para diluir a responsabilidade exclusiva do Governo por essa guerra injusta, no meio do povo brasileiro, e evitar que recaia sobre os verdadeiros e únicos mandantes desses crimes.

- A utilização da política de promessas e de aliciamento, para convencer os Waimiri e Atroari da mentira de que a estrada só lhes traria benefícios. Chegou-se a levar alguns líderes, como Comprido, a Manaus, com a finalidade evidente de deslumbrá-lo com a civilização invasora.

- A manutenção de uma equipe de saúde irresponsável, que orientaria os funcionários de campo de uma forma, por vezes, criminoso. Em 1974, forneceu doses

erradas de certa vacina, provocando a morte dos 15 índios nos quais foi aplicada. O funcionário que recebeu a orientação de aplicá-las, embora inocente, está traumatizado até hoje.

- A utilização para a direção das FAWA de pessoas subservientes às ordens, boas ou más, da direção geral dos trabalhos, e aliciando-as com altos salários, de tal forma que, mesmo sabendo que o seu trabalho contribuía para a destruição dos povos indígenas, eles prosseguiam prestando esse duvidoso serviço ao Governo. Apoena Meireles, sertanista de grande renome e que também foi chefe da FAWA, com a sua prática e teoria situa, de forma modelar, a posição do funcionário da FUNAI. Repetidas vezes dizia Apoena à imprensa que "preferia não ter contato com os índios". Ao jornal Opinião, de 17.1.75, afirmou: "Hoje em dia vamos em missão de paz, da amizade com os índios, mas na verdade estamos trabalhando como ponta-de-lança das grandes empresas e dos grupos econômicos que vão-se instalar na área".

Apoena, seja por uma dependência salarial, seja por sujeitar-se a ser um mero executor de ordens, acabou seguindo exatamente o mesmo programa de seus antecessores e continua até hoje servindo o Governo no capcioso trabalho das atrações em função de "desenvolvimento" nas áreas dos indígenas ainda arredios.

TRANQUILIZAR A INVASÃO

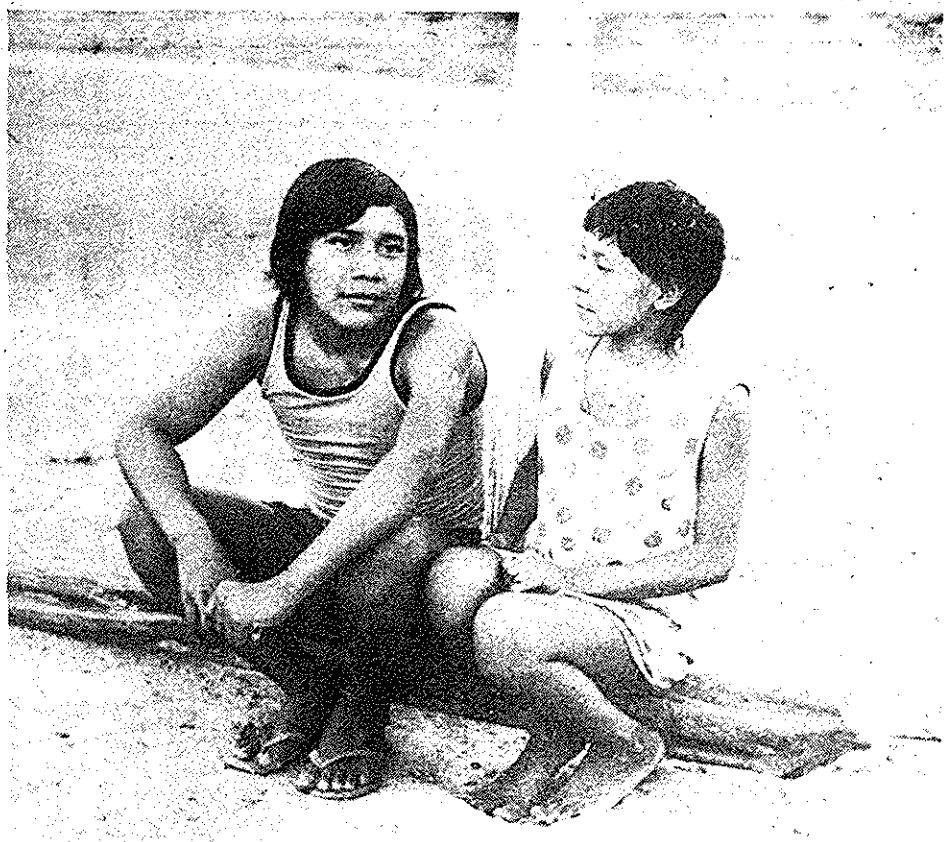
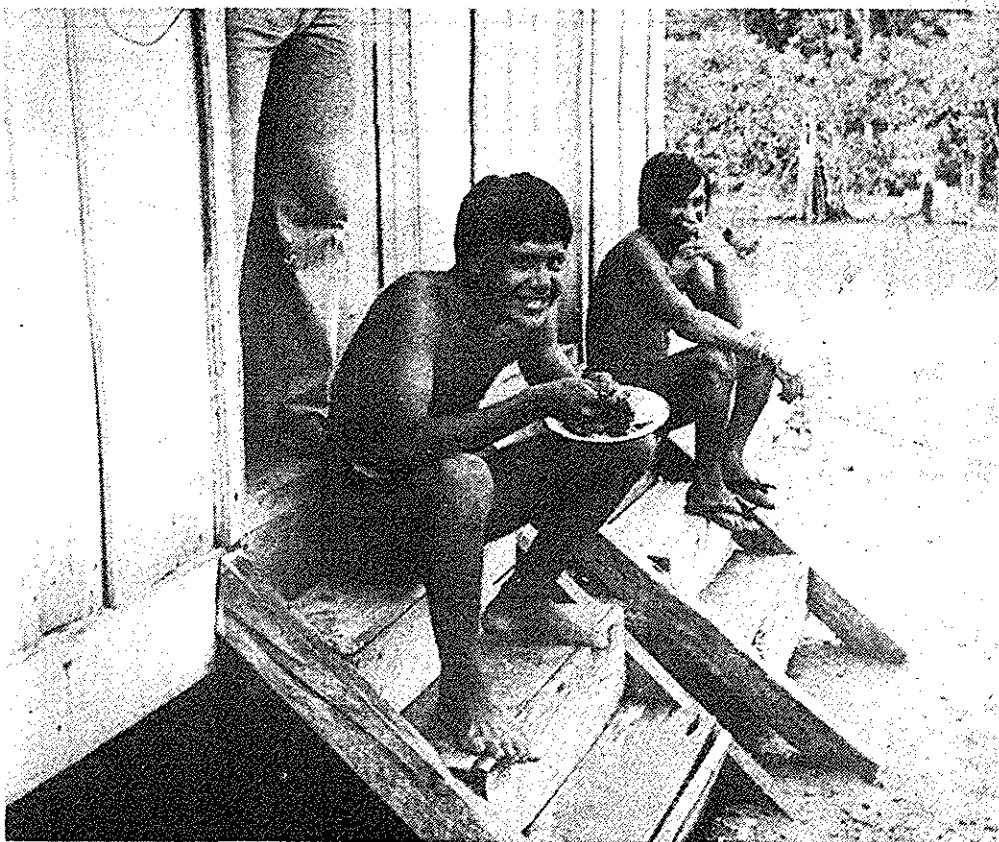
Quando acontece um massacre, sempre se culpam pelo insucesso os sertanistas mortos, evitando assim os dirigentes do órgão assumir as verdadeiras causas apontadas pela evidência e o bom senso, e patir para uma política pró-Waimiri-Atroari.

- Diante da evidência das invasões, via colonização, oficial ou oficiosa, diante da instalação de projetos do Governo ou de particulares nas terras indígenas, a

FUNAI promete ampliar a área interditada e demarcar as terras dos Waimiri e Atroari. Em verdade, sucedem-se os dirigentes do órgão, mas nada disso aconteceu até hoje. Trata-se de uma tática para tranquilizar a opinião pública.

Resumindo o programa da FUNAI segue este roteiro: seduzir os indígenas por meio de brindes, reduzi-los a áreas sempre menores, dar proteção aos invasores, aos construtores dos projetos oficiais e oficiosos do Governo. Remover o obstáculo que os indígenas representam para a instalação dos projetos do Governo e dos empresários da região, preparar os povos indígenas para serem mão-de-obra útil nas mãos desses empresários. E assim se completa a almejada integração ou emancipação indígena.

Os Waimiri e Atroari, confederados numa admirável união, possivelmente continuam resistindo, apesar de batidos pelas armas desiguais e pela covarde invasão. Eles estão dando ao mundo um lancinante grito em prol dos povos minoritários injustamente esmagados pelos grandes Estados.



Jovens Waimiri-Atroari de visita ao Posto Indígena, manifestando sua alegria, hoje tão ameaçada pelo surto de tuberculose que se alasta.

Invasores Semeiam a Morte na Estrada

ERRO DE CALLERI

Não faltaram vozes a advertir sobre as consequências dessa determinação inexorável: "E me arrisco a emitir minha opinião de discutir-se, também, a decisão da irreversibilidade da estrada" - questionava professor Olympio Serra. Outro antropólogo Carlos Moreira Neto, advertia o presidente da FUNAI: "O que me ocorre, é isto que está claro para todos, é que a estrada é um mero começo de um processo de alargamento de ocupação inexorável na área. Não é uma estrada que passa numa reserva indígena. É todo um processo de transformação irreversível. Há ocupação dirigida e espontânea da área já em operação".

O CIMI, na sua V Assembléia Regional de Pastoral Indigenista, realizada em Belém, em janeiro, de 1975, dirigia ao presidente, da FUNAI, Gal. Ismarth de Araujo, um veemente apelo, para que solicitasse do Governo a suspensão dos trabalhos da estrada. Em caso contrário, que a FUNAI abandonasse as suas frentes de atração (FSP 23.01.75). Mas o Gal. Ismarth respondeu à mensagem do CIMI: "Não competindo à FUNAI a decisão da paralisação ou não dos trabalhos de construção da rodovia, teremos de planejar e desenvolver o nosso trabalho com a estrada ou sem ela".

O Pe. Calleri quis iniciar o seu trabalho de atração, lentamente, pelo rio. Os órgãos governamentais forçaram a mudar o plano e penetrar pela picada da rodovia BR-174 (Manaus - Caracará), que já estava dentro do território Waimiri-Atroari. Calleri e mais nove pessoas foram mortas em novembro de 1968, como invasores. O seu erro foi prestar-se a levar a efeito uma política capciosa, evidentemente anti-Waimiri-Atroari.

UNIÃO BUROCRÁTICA

O que existiu e funcionou muito bem, pelo menos a partir de 68, foi um ótimo entrosamento dos órgãos estatais, numa bem coordenada ação, visando à destruição e integração dos povos Waimiri-Atroari na sociedade nacional, mediante a construção da BR-174 e a condução do processo desenvolvimentista nas terras desses povos.

Em 1968, o Exército e o Ministério dos Transportes, utilizando-se do moderno maquinário, avançaram, num primeiro momento, a estrada, quase em surdina, para dentro do território Waimiri e Atroari. Escalaram para a direção dos trabalhos na região, engenheiros e oficiais desumanos fanatizados por um progresso que não via o homem. Simultaneamente, foram destinados para abrir caminho, soldados e trabalhadores, braços, totalmente despreparados, incapazes de entender a sua missão destruidora da terra e vida desses povos. Além do maquinário para romper a mata e rasgar o chão dos Waimiri e Atroari, esses homens tinham ao seu dispor armas (A Crítica-Manaus 15.04.75), aviões, helicópteros, a fim de acompanhar constantemente a movimentação indígena.

Toda vez que um funcionário da FUNAI ou trabalhador da estrada era atacado pelos índios, as frentes de atração e de abertura da estrada eram recuadas e o Exército tomava conta da região, com um agressivo esquema bélico, aparentemente

para recolher cadáveres e "proteger os servidores da FUNAI" (A Crítica 15.04.75). Foi a esses militares do 6º BEC que a FUNAI confiou, após a morte de Gilberto Pinto, "todos" os seus sertanistas "contratados" que foram submetidos a rigoroso regime de aprendizado no 6º BEC.

Quando o Gal. Ismarth visitava a região, não deixava de encontrar-se com o comandante da Região Militar, o Comandante do 6º BEC, havendo sempre o melhor entrosamento conforme eles mesmos noticiavam nos jornais.

As cúpulas da FUNAI também se entrosaram muito bem com a SUDAM, e o INCRA no incentivo ao avanço das frentes de colonização e a instalação de grupos empresariais na região, o real objetivo de todos os esforços do Governo.

APOIO E OPOSIÇÃO

Desde logo o Governo contou com o apoio firme de empresas nacionais e estrangeiras, com interesses econômicos na região. Grupos empresariais, interessados na pecuária, indústria e mineração, seguiram de imediato os caminhos abertos pelo governo, afirmando o seu apoio público à obra, sem questionar o seu custo social. Esse apoio foi fornecido de forma explícita através de financiamentos bancários estrangeiros e nacionais para a estrada e demais obras, dentro do território Waimiri-Atroari.

Algumas missões evangélicas fundamentalistas, de origem americana, a MEVA e o Instituto Linguístico de Verão (Summer) colaboraram há vários anos com a FUNAI na sua política anti-Waimiri-Atroari.

A Igreja Católica, através da Missão Consolata, ofereceu em 1968, os préstimos do Pe. Calleri para coordenar a 1ª Expedição de atração dos Waimiri e Atroari, organizada pela FUNAI. Após o desastre da expedição, a Igreja Católica não mais colaborou.

A Imprensa, através de uma equipe de jornalistas, apontou, desde a morte do Pe. João Calleri, constantemente, para as verdadeiras causas da atitude energética dos índios contra os projetos do Governo. Essa posição a imprensa continua mantendo até hoje.

Diversos antropólogos e até alguns funcionários da FUNAI, respaldados pela Lei, também alertaram o governo, repetidas vezes, sobre os direitos dos índios que vinham, sendo violados, embora nem sempre reagissem de forma consequente, mas ao contrário, continuavam a prestar, os seus serviços à mesma política do Governo.

A partir de janeiro de 75, a Igreja Católica, através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), iniciou um sistemático bombardeio, através da Imprensa, contra o programa do governo nos territórios Waimiri-Atroari, programa que foi considerado pelo CIMI uma "invasão de Bárbaros" (A Crítica, 27.03.75).

Contudo, em momento, algum, houve encaminhamento de uma ação judicial contra as arbitrariedades do governo, por meio de particulares ou de alguma dessas entidades.

Depois do golpe de 1964, a Amazônia foi objeto de atenções especiais do Estado brasileiro, que decidiu promover a expansão do capitalismo na selva tropical. A construção de "grandiosas" rodovias, a cessão de generosos incentivos fiscais para as grandes empresas agropecuárias, nacionais e estrangeiras, enfim, toda uma retórica de ocupação dos espaços vazios da região amazônica. Na mente dos tecnocratas não se notava a menor percepção de que uma numerosa população indígena resistia a duras penas contra o extermínio de séculos.

Neste período ufanista, do "milagre" brasileiro, com a existência da FUNAI, o Estado brasileiro anuncia a construção da rodovia Manaus-Caracará, atravessando o coração do território Waimiri-Atroari à revelia dos índios e da opinião pública nacional. Com essa determinação os detentores do poder assumiram uma declaração de guerra aos povos Waimiri e Atroari. Eles executaram a obra sabendo claramente que cometeriam um ato de genocídio. Disto foram repetidas vezes advertidos por homens públicos e por particulares, e repetidas vezes reafirmaram a determinação, "irreversível" da continuação da estrada.

"IRREVERSÍVEL" EXTERMINIO

Assim, o presidente da FUNAI, responsável diante do Estado brasileiro, pelo destino dos Waimiri e Atroari afirmou na abertura da 81ª sessão do Conselho Indigenista da FUNAI (CIF): "Os Waimiri-Atroari tem constituído problemas emocionais, não só no âmbito do nosso País como também no âmbito internacional(...). Há uma coisa que é certa: a decisão do Governo, que é irreversível, de continuar a estrada. Então, as nossas soluções tem que partir desta premissa: com a estrada... uma alternativa já foi tirada - a da estrada parar. O Governo já definiu a sua posição".

Semelhantemente afirmava, na mesma oportunidade, outro porta-voz, oficial, membro do CIF, o Major-Brigadeiro Carlos Alberto FB: Lopes: "Os antropólogos não devem esquecer que o que interessa ao Governo brasileiro é a integração do Índio na comunidade nacional. Isto é pacífico e consta no Estatuto do Índio. É inexorável e faz parte do desenvolvimento do Brasil. Esse grupo WAIMIRI-Atroari, dentro da política do governo, terá que ser integrado(...) A estrada tem que ser construída".

"O coronel Arruda (Comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção) não vê outra solução para o problema dos Waimiri-Atroari, senão a sua transferência. "A estrada é irreversível como o é a integração da Amazônia ao País. A estrada é importante etem que ser construída, custe o que custar. Não vamos mudar o seu traçado, que seria oneroso para o Batalhão, apenas para pacificarmos primeiro os índios. A transferência é viável e coerente nas condições em que os fatos se apresentam. Os índios continuarão matando, sejam trabalhadores do BEC, sejam da FUNAI. Por que não levá-los para o Parque Nacional do Xingú? Já não existem cerca de 14 tribos, vivendo pacificamente?" (O ESP 21/01/75).

Documento

Guerra sem Trégua Contra Waimiri-Atroari.

Em quase toda essa História dos Waimiri e Atroari, verifica-se que a brutalidade contra esses povos foi tamanha que, ao simples aparecimento do índio, ainda que tenha sido com intenções pacíficas, o invasor sentia-se agredido. E retribuía tal atitude do índio com desproporcionais agressões, matando e seguidamente reunindo a Força Pública e lançando-a contra os indígenas que "ousaram" aparecer, fora dos seus esconderijos da mata. Mas, não raras vezes, até a mera suspeita de que algum índio estivesse escondido nalguma mata próxima se transformava em crime e aldeias inteiras foram punidas em consequência

O MITO DA CRUELDADE

A resistência justa dos índios à gratuita agressão, deu ocasião a um novo tipo de guerra: a guerra ideológica. Criou-se o mito dos ataques, dos massacres e da "crueldade" dos Waimiri e Atroari. Mito que logo criou raízes na população ribeirinha, espalhou-se pela região amazônica. Esse mito justificou e mitificou os bugreiros, os matadores ou caçadores de índios Krichanás ou Waimiri-Atroari e também a intervenção frequente do Exército.

A ação dos invasores revestia-se normalmente da mais vil covardia, matando indiscriminadamente homens indefesos, mulheres, e crianças. Muitos desses facínoras ficaram desfeitos na memória da população regional, que os glorifica como heróis. Celebrizaram-se:

OS CIVIS — Manoel Gonçalves, o Bicudinho; o professor Arruda, da Vila de Moura; Camilo Gonçalves de Oliveira Netto e Edgard Penha.

OS MILITARES — Cap. José Casemiro Ferreira do Prado, Cap. Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, o oficial Manoel Pereira de Vasconcelos, Brigadeiro João do Rego Barros Falcão, Tenente Pastana, Tte. Antonio de Oliveira Horta, Tte. José Joaquim de Paula Madureira, Tte. Emílio Augusto de Oliveira, Tte. Malaquias José Netto e o Cap. Júlio Catingueira.

OS RELIGIOSOS — Fr. José Maria Villa, que conseguiu do Estado um substancial reforço de soldados para defender a população regional invasora dos territórios dos Waimiri e Atroari.

A ideologia do Índio bruto, selvagem e agressor era ensinada nas escolas, havendo um professor, como vimos acima, que se distinguiu e celebrou num massacre contra os Waimiri e Atroari, ocorrido em 1874, quando degolou brutalmente um índio. Por esses e outros exemplos, as crianças era introduzidas, desde pequeninas, à crueldade contra aqueles povos, ou pelo menos, a aceitarem-na como acontecimento normal e justificável. No ano de 1874, após um grande massacre contra os Waimiri e Atroari, dirigido pelo Tte. Emílio Augusto de Oliveira, executado de forma gratuita, a soldadesca trouxe "atravessando em uma ubá, a reboque da lancha, o cadáver de um índio que, arrastado por uma praça da freguesia, esteve em exposição, sendo depois lançado ao rio" (relatório de Carlos Moreira Netto).

Catequese e Humilhação

Frustrados os esforços de dobrar os Waimiri e Atroari à força bruta, o Estado Brasileiro contratou e enviou missionários, sempre apoiados e resaldados com armas e recursos públicos. O objetivo era a resistência desses povos. Mas os Waimiri e Atroari continuaram resistindo e, uma vez mais, não aceitaram e derrotaram essa capciosa tentativa de domesticá-los à civilização.

Os Waimiri e Atroari sofreram também as mais variadas agressões morais. Foram tratados e manipulados como menores, tutelados, imbecis, selvagens, tarados, ingênuos e feras.

A sua História foi deturpada, principalmente o período Pré-colombiano, que foi totalmente ignorado e desprezado. A História do Contato só pode ser lida e pesquisada, cá e lá, nas entrelinhas da falsa História a seu respeito, escrita ou contada, ou então através da tradição do povo regional, cheia de preconceitos contra o Índio. Assim, a maioria das injustas agressões e massacres cometidos pelos invasores e pelo Estado brasileiro ficam na penumbra da História.

PACIFICAÇÃO DOS INVASORES

Avaliando e analisando ao longo de toda essa História, as atitudes dos Waimiri e Atroari, fica patente o seguinte:

— Os Waimiri e Atroari só atacaram, feriram ou mataram dentro do seu território tradicional e efetivamente ocupado.

— Os índios penetraram por diversas vezes para fora do seu habitat, para o meio do mundo dos invasores. Os relatos dessas penetrações, inclusive dos famosos "ataques" ao povoado de Moura, não se referem às vítimas causadas pelos Waimiri e Atroari à população regional.

O certo é que, durante essa longa e dolorosa História, os Waimiri e Atroari fizeram repetidas tentativas de pacificar os invasores, empreendendo várias expedições de aproximação pacífica para o mundo dos invasores. Todas essas tentativas foram infrutíferas. A maioria delas transformou-se em motivo de traiçoeiros ataques que custaram a vida de centenas de membros das comunidades dessas nações. Esses ataques quase sempre foram promovidos, também nestas circunstâncias, pelas autoridades máximas do Estado, utilizando-se do instrumental bélico mais moderno da Força Pública, abastecida constantemente pelo mesmo Estado.



Todas as gerações de Waimiri-Atroari que nasceram e viveram nos últimos 300 anos não sabem o que é tranquilidade. Foram forçadas pelo Estado brasileiro e por firmas e pessoas particulares, a viverem, dentro do seu próprio habitat sagrado, num clima de constante sobressalto, clima que as forçou a evacuarem, não raras vezes e às pressas, as suas famílias do curso inferior para os altos dos rios, deixando tudo para trás.

IMPUNIDADE DO ETNOCÍDIO

Muitas expedições contra esses povos foram preparadas ostensivamente e publicamente em Manaus com apoio da população local, políticos e autoridades do Estado, contratando-se para esses empreendimentos, não apenas soldados, mas os mais conhecidos facínoras da região.

(Não é de estranhar, por isso, que os crimes cometidos contra os povos Waimiri e Atroari, seja por autoridades civis e militares, seja por particulares, permanecessem até hoje impunemente.)

A absurda agressividade chegou ao ponto de um legislador, o deputado Pedro Marinho, propor à Assembléia Legislativa do Estado a gratificação de Cr\$ 1.000,00 para quem trouxesse a Manaus um Waimiri.

As pessoas que tentaram, oficial ou pessoalmente, uma nova ordem e mentalidade na região, a saber, de um mínimo de respeito ao Índio, foram perseguidas e até torturadas com a conivência, apoio e participação do Estado.

Muitos regionais que invadiram o território desses povos, vinham a serviço de pessoas e grupos estrangeiros. Algumas vezes, houve inclusive tentativas de utilizar e estudar os Waimiri e Atroari como objetos de curiosidade por parte de nacionais e de estrangeiros.

A cultura dos Waimiri e Atroari foi pisoteada de todas as formas. E o constante clima de agressão, perseguição e deprecação do habitat, obrigou-os a abandonar elementos essenciais de sua cultura. A coleta de frutas e a caça da fauna do baixo dos rios, na época da estiagem, tornaram-se impossíveis, obrigando os Waimiri e Atroari a reformularem a sua cultura, adaptando-a aos altos dos rios e igarapés e em clima de insegurança permanente.